

Cuiabanco vai acelerar retomada econômica a partir de outubro



Gilberto Leite

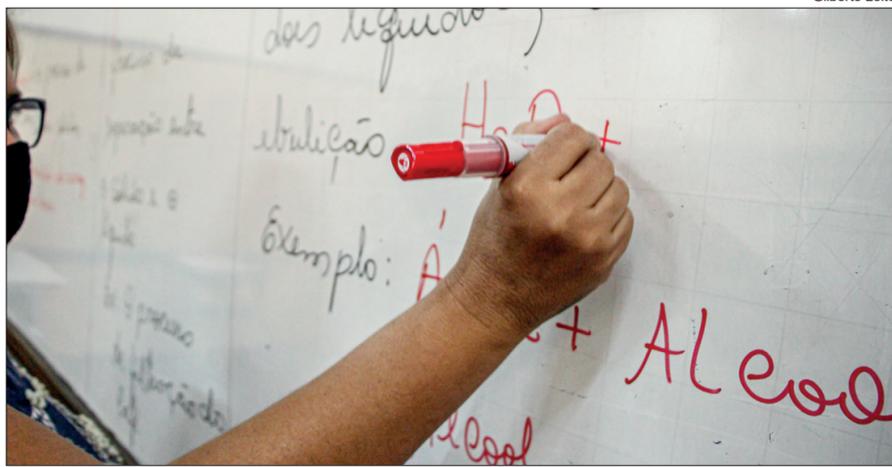
Cuiabá deu mais um passo na recuperação da economia após a crise causada pela pandemia de covid-19. Nos próximos dias, começará a funcionar o Cuiabanco, que oferecerá linhas de crédito com juros subsidiados pela Prefeitura para pequenos empreendedores. O programa é a grande aposta do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) para acelerar a retomada da economia. Emanuel Pinheiro destacou que uma das principais funções do Cuiabanco diante do atual momento é recuperar a confiança dos comerciantes. “Este é um projeto muito importante, porque trata da recuperação econômica da nossa cidade, do setor do comércio, do empresário que sofreu nos primeiros meses de pandemia com o lockdown e que agora vai ter a oportunidade de se recuperar”, disse

PÁG. 3

Escolas de Cuiabá são reabertas

Após mais de um ano e meio longe das salas de aula, os estudantes da rede pública de Cuiabá retornaram nesta segunda-feira (27) às aulas presenciais. A reabertura das escolas acontece após a conclusão da vacinação de todos os profissionais de educação, o que busca garantir um retorno seguro ao ambiente escolar, com reduzido risco de contágio pelo coronavírus.

PÁG. 3



Gilberto Leite

Depoimento de Galvan irrita CPI

Em depoimento à CPI da Renúncia e Sonegação Fiscal o presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja), Antônio Galvan, garantiu que não houve financiamento de manifestações antidemocráticas por parte da entidade. Ele também afirmou que os valores arrecadados junto com o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que são repassados à Aprosoja, não são dinheiro público. Galvan foi convocado para prestar depoimento à CPI após ser acusado pelo próprio filho, por meio de um aplicativo de mensagens, de malversação de recursos públicos. Ele também é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no inquérito que apura o financiamento de atos antidemocráticos, que pediam intervenção militar e fechamento do Congresso e do STF.

PÁG. 4

Pátio 'vira a página' e reduz obras paradas em 90%



Gilberto Leite

Rondonópolis virou a página das obras paralisadas. Após um relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) apontando a cidade como líder no ranking de obras paradas, o prefeito José Carlos do Pátio (Solidariedade) determinou uma auditoria interna para esclarecer a situação e o resultado foi impressionante. A cidade saiu de cerca de 300 obras paradas para apenas 39, uma redução de aproximadamente 90%. O resultado desse trabalho foi apresentado ao presidente do Tribunal de Contas, Guilherme Maluf

PÁG. 6

Está dada a largada da ferrovia de R\$ 11 bilhões para construção

Maior produtor de commodities agrícolas no Brasil, Mato Grosso deu o primeiro passo para a construção da 1ª ferrovia estadual, com a assinatura do contrato de concessão, por autorização, com a empresa Rumo Logística. O resultado disso será um investimento de cerca de R\$ 11 bilhões para construção de 730 quilômetros de ferrovia, levando os trilhos diretamente até o coração do agronegócio, na cidade de Lucas do Rio Verde, e à capital Cuiabá. Como se trata de uma concessão por autorização, todo o projeto será tocado por conta e risco da empresa, sem um centavo de dinheiro público

PÁG. 7

Ricardo Botelho/MInfra



EDITORIAL

Otimismo internacional

A economia brasileira deve ver dias melhores até o final do próximo ano. É o que aponta o relatório anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o Brasil, divulgado na última quarta-feira (22). A entidade ressalta que a renovação de lockdowns durante a segunda onda da pandemia e o avanço da campanha de vacinação ajudaram a reduzir os índices de contágio desde abril deste ano, o que permitiu a reativação rápida da economia. Com isso, a entidade projeta que o Brasil encerre o ano de 2021 com um crescimento de 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país.

A análise do FMI aponta ainda que há um grande estoque de dinheiro economizado pelas famílias brasileiras, especialmente o grupo de classe média, o que deve fomentar o consumo ao longo dos próximos meses, principalmente para o setor de serviços presenciais, o mais atingido pela pandemia de covid-19.

Apesar de ver um cenário otimista para a recuperação econômica no Brasil, o FMI destaca que ainda há uma série de desafios a serem superados pelo governo para sustentar o crescimento. A entidade aponta que a desvalorização da moeda e o 'boom' das commodities estão gerando fortes pressões

sobre a inflação e as projeções inflacionárias, mesmo com a relação de demanda e consumo ainda negativa.

A entidade alerta ainda que a recuperação do mercado de trabalho está lenta, com alto índice de desemprego entre jovens, mulheres e afrodescendentes, o que pode comprometer a capacidade e a velocidade da retomada da economia.

De um modo geral, o FMI fez uma leitura positiva sobre a situação econômica brasileira, o que pode ajudar a melhorar a imagem do país com os investidores internacionais. O comprometimento com a agenda reformista, principalmente a reestruturação do Imposto de Renda, são vistos com bons olhos pelos diretores da entidade. No entanto, eles alertam para o

risco fiscal, em médio prazo, do alto índice de endividamento público e recomendando ações energéticas para melhorar a empregabilidade, a produtividade e os padrões de vida, itens considerados essenciais para estimular o investimento privado.

A despeito da avaliação do FMI, os esforços econômicos do governo nos últimos meses mostram um objetivo mais eleitoral do que fiscal. Há uma grande pressão para colocar em ação o Auxílio Brasil, a versão 'turbina da' do Bolsa Família, outrora criticado pelo presidente Jair Bolsonaro. É para isso que os interesses estão convergindo, mesmo a reforma do Imposto de Renda, que busca garantir uma fonte de recursos para o aumento no programa social.

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Em busca de mais espaço no Orçamento de 2022, o governo já descartou o corte nas emendas parlamentares, que poderiam comprometer o relacionamento com o Centrão e respingar na campanha eleitoral. Para isso, o governo tem trabalhado em um grande leque de gambiarras, desde o calote dos precatórios até cortes em despesas que deveriam ser essenciais, mas sucumbem à necessidade de apoio político.

Ferrovia Senador Vuolo

Emanuel Pinheiro (*)

O estudo do direito, como tantas outras cié importante saber de onde viemos para também saber para onde vamos. Isso é um ensinamento valioso que aprendi com grandes mentores políticos e que faço questão de ressaltar, caso alguém se esqueça. Política é continuidade, é representar o povo, fazer valer cada voto de confiança depositado respeitando quem veio antes e construindo para quem vier depois. A chegada dos trilhos a Cuiabá não é fruto de uma ação individual, nem tão pouco aconteceu do dia para a noite com aprovação de um edital. Ela é um legado de alguém que lutou toda uma vida para se tornar realidade e que não podendo presenciar os trilhos chegando a Cuiabá, vindo a falecer antes, passou essa missão ao filho. Esse legado tem nome e é como chamamos a ferrovia hoje: Ferrovia Senador Vicente Vuolo e isso não pode e não vai ser esquecido.

É escandaloso ter que vir a público para recordar história de Mato Grosso para quem deveria sabê-la de cor e salteado. Mas

é ainda mais escandaloso e revoltante a agressão gratuita aos nossos valores, nossa tradição, nossa gente, nossa memória partindo de quem ocupa o mais alto cargo do Executivo Estadual.

Uma injustiça!
Uma covardia!

Quero começar lembrando que um menino que escutou seu pai dizer que o país precisava de ferrovias para crescer se tornou senador e lutou toda a sua vida com obstinação para ver os trilhos da ferrovia chegar até seu estado. Infelizmente, esse menino que se tornou nosso saudoso senador Vicente Emílio Vuolo não conseguiu assistir a concretização de seu trabalho, mas passou sua perseverança ao filho, Francisco Vuolo, que desde seu falecimento tem mobilizado entidades e autoridades políticas, a exemplo de seu pai, em torno do sonho de trazer desenvolvimento e mais qualidade de vida para a baixada cuiabana e consequentemente para todo o estado.

No passado, foi a aliança do então deputado federal Vuolo com o senador Orestes Quécia que permitiu a construção da pon-

te-rodoferroviária, que cruza o Rio Paraná, símbolo do avanço dos trilhos para Mato Grosso. Foram alianças com governadores, como Dante de Oliveira, Jayme Campos, José Orcirio Miranda dos Santos e tantos outros políticos de renome que sedimentaram o terreno para que se pudesse lançar um edital estadual para extensão dos trilhos até Cuiabá.

Foram 46 anos desde 1976, quando o então deputado federal Vuolo apresentou o projeto de lei para extensão da ferrovia de São Paulo até Mato Grosso, dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento e dentre tantas lutas, a inauguração dos terminais em Chapadão do Sul e dos terminais de Alto Araguaia e Rondonópolis, até a assinatura desta concessão para que, via investimento privado da Rumo Logística, os trilhos da ferrovia Senador Vuolo ficassem cada vez mais palpáveis.

Isso é história de Mato Grosso. Isso é legado.

Faço questão de lembrar também a iniciativa do deputado estadual Wilson Santos, autor da lei nº 7.027, de 02 de julho

de 1998, que denominou a Ferrovia Senador Vicente Emílio Vuolo o trecho da Ferronorte que atravessa o Estado de Mato Grosso. Essa lei foi sancionada pelo governador Dante de Oliveira. Quero deixar claro que o que está em jogo é a causa, o sonho, a luta, o trabalho dos seus verdadeiros idealizadores e protagonistas. A mudança repentina e desonesta do nome da ferrovia é primeiramente questionável do ponto de vista legal e o senhor governador deveria saber disso. Como governador deveria também saber que a Rumo faria essa mudança e não tem o direito de entrar no nosso Estado agredindo a nossa história. É inconcebível que uma afronta dessas passe despercebido pelo chefe do Executivo do nosso estado e que não seja levada com a devida seriedade por ele.

Basta!!

Respeitem a nossa história!!

EMANUEL PINHEIRO é prefeito de Cuiabá.



Inclusão e respeito às PCDs

Max Russi (*)

Estamos na Semana Nacional de Luta pelas Pessoas com Deficiência e são inúmeras as questões enfrentadas pelas PCDs, que mesmo diante de diversas políticas afirmativas que vêm sendo construídas no Brasil ao longo dos últimos anos, sabemos que essa é uma parcela da população que ainda mais sofre com as ausências de políticas públicas do Estado.

Para contribuir com a construção de uma sociedade realmente inclusiva, tenho priorizado os temas relacionados às PCDs junto à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e ao PSB Mato Grosso.

Só neste ano, já apresentei cinco projetos de leis que tratam sobre temáticas relacionadas às PCDs. São proposições que buscam, acima de tudo, a inclusão, o amparo social e a garantia de que a vida na comunidade será menos penosa.

Em um desses, o PL 182/2021, determina que deve ser obrigatória a fixação de placas no sistema braille, que possam indicar o sentido das escadas rolantes. Uma medida que pode parecer banal para nós que enxergamos, mas que faz toda diferença para que pessoas que possuem cegueira tenham acesso a ambientes muitas vezes pouco frequentados por elas, por falta de acessibilidade, como shopping center.

Temos dois projetos que tratam sobre a importância de gerenciamento de dados. O PL 36/2021 que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação sobre o nascimento de bebês com deficiência às Secretarias de Saúde. O segundo é o PL 271/2021, que dispõe sobre o cadastramento de recém-nascidos e crianças com deficiência, que forem atendidas em unidades públicas e privadas de saúde. Esses PLs visam criar mecanismos de acompanhamento e identificação que

possam otimizar a aplicação das políticas públicas de forma assertiva e ágil.

Também propus, via PL 40/2021, a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma profissão que é indispensável para que a acessibilidade seja uma realidade para as pessoas com surdez.

Por fim, dentre as proposições que fiz neste ano, está o PL 818/2021, que institui o uso do Colar de Girassol como instrumento para auxiliar na orientação e identificação de pessoas com deficiências ocultas. Essas pessoas muitas vezes são questionadas de suas deficiências ou até mesmo barradas na hora em que exigem seus direitos. Dentre as deficiências ocultas mais conhecidas está o transtorno do espectro autista.

Sabemos que existe muito mais a ser feito pelas PCDs, e que nossa luta só está começando. E no nosso caso, o PSB MT

está alinhado com a Tese 401 da Autorreforma do partido, que estabelece: "as lutas libertárias de mulheres, negros, trabalhadores, LGBTQs, jovens, idosos, pessoas com deficiência e movimentos populares devem ser compreendidas como uma das linhas prioritárias da atuação partidária, devendo o Partido ajudar a organizar suas bandeiras, respeitando sua autonomia e diversidade, sem perder de vista a visão geral do Brasil como uma potência criativa e sustentável".

O PSB Mato Grosso está firme neste propósito de garantir que a inclusão e o respeito às pessoas com deficiência aconteçam em todos os âmbitos do Estado.

MAX RUSSI é deputado estadual, presidente da ALMT e do PSB-MT.



Maquiagem e Fantasia

Lourembergue Alves (*)

O agir, proceder e a maneira de ser formam um tripé-comportamento de cada pessoa. Ele é revelador. Revela bem mais do que se imagina. Revela, na verdade, o jeito particular, individual. Jeito adquirido, formado e construído ao longo do tempo. Até porque ninguém herda biologicamente o que se é. Ainda que se queira que assim fosse, ou venha a dizer: "está no sangue", "não tem como fugir", "filho de peixe, peixinho

é". Frases, independentemente da época, estão sempre em voga, moda, repetidas em demasia. Mas, na realidade, nada dizem sobre o ser humano falado. Por mais que se diga ao contrário. Falam bastante. Muitos acreditam no que se ouvem. Falar de si mesmo sempre foi o tema preferido. Isso não é de hoje. Mas, com o advento da Internet, reforçou-se bem mais essa prática. As redes sociais funcionam, e muito bem. Fotos de todo lado. Constroem-se imagens, fabricam-se cenários e falseiam coisas que

não existem. Dizem o que são, sem jamais terem sido. E, por aí, vão, contando proezas imaginadas, fantasiadas. Contam tanto, mas tanto, que eles mesmos acreditam no contado. A menos que retirassem deles os espelhos. Seriam uma espécie de Alferes machadiano, que não via sua própria imagem refletida ao espelho. E só voltou a vê-la, quando vestiu a farda, há muito esquecido por um canto.

Incontáveis internautas se sentem assim, e sentiriam, caso não estivessem a fazer pose para uma boa imagem nas redes sociais. Já são tão íntimos dos espelhos. Bastantes, a ponto de descreverem a si mesmos como patriotas, simplesmente pelo fato de torcerem pelo presidente do país. Todo patriota pode ser um torcedor em potencial, mas nem todo torcedor é um patriota, até pelo fato de endeusar a figura-razão da torcida. Colocando-a acima da própria pátria, e esta, não aquela, quem deveria ter o apreço e a devoção do patriota. Invertem-se os valores. Rasgam-se os princípios. E, pior, a Pátria é deixada de lado, esquecida a um canto, desprestigiada. A figura-razão da torcida passa a ser tudo. Tudo e mais alguma coisa. Não aceita que falem dela. Ainda que o falado seja a pura verdade. Daí se apega as versões ao invés de se ater aos fatos. Fatos que são substituídos pelas narrativas. Narrativas que são rosários de predicados sobre a pessoa-objeto da torcida. Torce-se por ela, simplesmente. Os que não se encaixam nessa condição são taxados de não patriotas, não querem bem a Pátria, não amar a Nação, ainda que por aqui tenham nascidos. Nascer é descartado se estiver

longe do grupo de torcedores. Grupo significativo, importante, embora não seja a imensa maioria da população. População que nunca foi singular. Ainda que se queira que ela seja.

Aliás, a ditadura Vargasista (1937-45) e a do regime militar (1964-85) a quiseram uniformizar. Quiseram apagar sua pluralidade. Tentaram, destruíram muitas coisas. Mas, felizmente, a pluralidade, inapagável e inquebrantável, continuou intacta. A pluralidade é a marca de toda sociedade, comunidade, ainda que seja minúscula. Embora sempre fora e será sujeita ao endeusamento de uma dada pessoa, ao ufanismo. Cenas de hoje não são novas, nem inéditas. Já se viu isso muitas vezes por aqui. Sempre se pensou em "Salvador da Pátria". Mas tal "Salvador" não existe, jamais existiu. Verdade, contudo, escondida, camuflada, abafada no escaninho, até para que o ufanismo se impregne e torne-se o que jamais foran. O dizer que é não o faz sê-lo, nem a pregação de que seja, o torna o que nunca fora. Este é o ponto. Ponto para qualquer discussão sobre o cenário político. Importante para se tiver a noção e a clareza de que os problemas reinantes não são, nem serão expurgados com a voz rouca de quem quer que seja, mas com muito trabalho, programação e planos de ação. Não de maquiagem. Maquiam-se quem substitui os fatos pelas versões, a realidade pela fantasia. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

PRA FRENTE CUIABÁ!

Concretizado em lei, programa lançará primeiro edital em agosto, para oferecer empréstimos subsidiados a empreendedores da capital

Cuiabanco vai acelerar retomada

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed Cuiabá

Da redação

Cuiabá deu mais um passo na recuperação da economia após a crise causada pela pandemia de covid-19. Nos próximos dias, começará a funcionar o Cuiabanco, que ofertará linhas de crédito com juros subsidiados pela Prefeitura para pequenos empreendedores. O programa é a grande aposta do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) para acelerar a retomada da economia.

Emanuel Pinheiro destacou que uma das principais funções do Cuiabanco diante do atual momento é recuperar a confiança dos comerciantes.

“Este é um projeto muito importante, porque trata da recuperação econômica da nossa cidade, do setor do comércio, do empresário que sofreu nos primeiros meses de pandemia com o lockdown e que agora vai ter a oportunidade de se recuperar”, disse o prefeito.

Aprovado pela Câmara de Cuiabá, o projeto de lei do Cuiabanco foi sancionado na última quarta-feira (22). O edital de chamamento deve ser publicado no começo de outubro. O programa é executado pela Secretaria de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Secretaria de Fazenda.

Conforme as informações divulgadas pela prefeitura, o edital que será publicado em outubro terá foco em um público-alvo em específico: mulheres, trabalhadores autônomos, pessoas que possuem algum tipo de deficiência, cooperativas, empresas de pequeno porte, associações de produtores e artesãos.

“O Cuiabanco é um voto de confiança que o poder público deposita no cidadão cuiabano, porque sabe do potencial da sua gente, da força de vontade para trabalhar, da criatividade e sabe que tudo que o cuiabano precisa é de oportunidade. Estamos caminhando para que ele funcione efetivamente nos próximos meses e seja uma ferramenta de impulso para os empreendedores de Cuiabá”, destacou Emanuel.

O programa também conta com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Empresas (Sebrae), que irá ofertar toda sua expertise para orientar na elaboração do Termo de Referência, que norteará o chamamento para participação dos microempreendedores no Cuiabanco e também irá direcionar em como deve ser feita a estruturação das operações.

No cronograma original, o primeiro edital do Cuiabanco já teria sido publicado. No entanto, houve uma demora durante a tramitação pela Câmara Municipal de Cuiabá, onde o projeto chegou no dia 18 de agosto. Com a sanção, o prefeito busca recuperar esse tempo e acelerar a implantação do Cuiabanco.

“Já estamos estudando o local que será a sede do Cuiabanco e também estivemos reunidos com o Sebrae que será nosso parceiro na elaboração do edital, que será um marco no investimento dos sonhos dos cuiabanos. É a gestão Emanuel Pinheiro concretizando sonhos, acreditando no potencial da população”, disse o secretário Francisco Vuolo, incumbido de tocar a iniciativa.

CINCO EIXOS - No Pra Frente Cuiabá, a proposta é organizar a cidade em polos e promover o desenvolvimento de forma linear e integrada, estimulando



Emanuel destaca que Cuiabanco dará 'voto de confiança' aos empreendedores, para reativar a economia local

as capacidades de cada setor, se articulando também com a iniciativa privada e terceiro setor. O programa abarca cinco principais ações, já anunciadas: Sine da Gente, Enem Digital 5.0, Qualifica Cuiabá, Cuiabanco e Agro da Gente.

Confira um pouco mais das cinco ações do programa Pra Frente Cuiabá:

- Sine da Gente: Implantação de uma unidade móvel que atuará nos bairros para atender

a oferta e demanda de emprego por região.

- Enem Digital 5.0: Ensino no modelo híbrido; suporte técnico e personalizado; 2.000 alunos.

- Qualifica Cuiabá: Programa da Secretaria de Assistência Social, em parceria com SESI, SENAI, SEBRAE e FECOMÉRCIO;

desenvolver as habilidades dos cidadãos para o fomento na geração de renda para família; preparar a mão-de-obra para o mercado de trabalho.

- Agro da Gente: Fortalecimento do apoio à agricultura familiar; qualificação técnica na produção do campo; incentivo à atividade da agroindústria; programa de incentivo para quatro cadeias produtivas: peixe, FLV (fruta, legume e verdura), frango e leite.

- Cuiabanco: Linha de Crédito para o pequeno empreendedor com juros zero; PAA - Programa de aquisição de alimentos.

18 MESES DEPOIS

Escolas de Cuiabá são reabertas

Gabriel Soares

Após mais de um ano e meio longe das salas de aula, os estudantes da rede pública de Cuiabá retornaram nesta segunda-feira (27) às aulas presenciais. A reabertura das escolas acontece após a conclusão da vacinação de todos os profissionais de educação, o que busca garantir um retorno seguro ao ambiente escolar, com reduzido risco de contágio pelo coronavírus.

As aulas acontecerão de forma híbrida, com número reduzido de estudantes por sala de aula (50% da capacidade de

cada sala), e adoção de medidas de biossegurança e distanciamento físico, necessários neste momento de pandemia.

A secretária municipal de Educação, Edilene de Souza Machado, e a secretária adjunta de Educação, Débora Marques Vilar, acompanharam pessoalmente a reabertura das escolas públicas de Cuiabá na manhã desta segunda.

Na rede pública municipal de Cuiabá, 100% das 167 unidades educacionais vão retomar as atividades pedagógicas presenciais. Em 12 unidades, em razão de reformas em andamento, foram alugados espaços,

até que essas obras sejam finalizadas.

A secretária Edilene de Souza Machado explicou que a volta dos estudantes às atividades presenciais seguirá um Plano de Retorno e Protocolo de Biossegurança, construído com o apoio das equipes gestoras e orientações da Secretaria Municipal de Saúde e da Vigilância Sanitária. A gestora destacou que a presença dos estudantes foi autorizada pelos pais ou responsáveis.

“Com base nessa informação e dentro da realidade de cada unidade, com a orientação da equipe pedagógica da Secretaria, as equi-

pes gestoras organizaram o seu atendimento. As escolas que oferecem o Ensino Fundamental atenderão cada grupo de estudantes em dias alternados. E para as crianças de 0 a 5 anos, o revezamento será semanal”, explicou Edilene.

A rotina nas unidades sofreu mudanças. Além de uma nova organização das turmas, o horário de permanência dos estudantes na unidade foi reduzido. A alimentação escolar é servida no intervalo, dentro das salas de aulas, e todas as atividades coletivas estão suspensas, por enquanto.

Antes de entrar nas unidades, estudantes e

profissionais têm que aferir a temperatura e passar por tapetes sanitizantes. O uso de máscaras é obrigatório. Todas as unidades têm disponíveis totens e dispensers de álcool 70%. As salas de aula estão preparadas, com distanciamento das carteiras, e a higienização foi intensificada.

Os estudantes cujos pais não se sentem seguros em encaminhar seus filhos neste momento continuarão recebendo atendimento de forma remota, disponíveis no @portaldaescolacuiabana e outras plataformas pedagógicas, como vem sendo feito desde março de 2020, quando as atividades presenciais foram suspensas. Os estudantes com dificuldades de acesso à internet continuarão recebendo

as atividades impressas e material estruturado dos programas como o de alfabetização (ProAC - Programa de Alfabetização Cuiabano), e o de melhoria da proficiência (PROMP - Programa de Melhoria da Proficiência).

“Neste momento temos que ter todo o cuidado. Os profissionais da educação e equipes gestoras, finalizaram mais um ciclo de formação continuada sobre o protocolo de biossegurança nos espaços escolares, os aspectos socioemocionais envolvidos nesse retorno e o ensino híbrido. Nosso objetivo é que possamos receber nossos alunos e profissionais com segurança, garantindo o seu bem-estar físico, mental e social”, ressaltou Edilene.

APÓS 10 ANOS

Justiça Federal condena nove por venda de sentenças

Da redação

Após mais de 10 anos da Operação Asafe, a Justiça Federal condenou o desembargador aposentado compulsoriamente, Evandro Stábile, e mais oito pessoas no processo referente à venda de sentenças descoberto pela Polícia Federal em 2010. Eles terão que pagar indenização no valor de R\$ 1 milhão e tiveram seus direitos políticos suspensos. A condenação foi proferida pelo juiz Cézár Augusto Bearsi, da 3ª Vara Cível da Justiça Federal, na última segunda-feira (20).

O esquema de venda de sentenças foi descoberto quando os ex-prefeitos de Alto Paraguai, Alcenor Alves de Souza e Diane Vieira de Vasconcelos Alves, foram denunciados por comprarem sentenças junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), quando Evandro Stábile era presidente da corte.

A denúncia que deu origem à operação foi oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) e inicialmente 12 pessoas foram indicadas. No entanto, o juiz absolveu duas pessoas. Uma terceira pessoa, Eduardo Henrique Mi-

guéis Jacob, que foi juiz do TRE, faleceu.

“No caso dos autos, a acusação contra os ex-agentes públicos é muito específica, dizendo respeito a situações de tráfico de influência e corrupção, visando a proliferação de decisões judiciais, pelo que, de plano, se exclui qualquer das hipóteses do art.10 e seus incisos”, decidiu ao acrescentar que “com efeito, é de se reconhecer a aceitação/solicitação/oferecimento de vantagem em troca de decisão judicial, implica quebra da legalidade, honestidade, imparcialidade, que são veto-

res que devem pautar a função jurisdicional, em prejuízo aos princípios da isonomia, impessoalidade e da moralidade pública. Todos em relação a quem reconhecida participações de diversos níveis nessa conduta também respondem pelo mesmo tipo de improbidade”, diz trecho da sentença.

O CASO - Diane Alves foi candidata à prefeita, mas acabou sendo derrotada pelo candidato Adair José Alves Moreira. Após vencer a eleição, o mandato de Adair foi cassado pelo juízo eleitoral de primeiro grau. O ex-prefeito Alcenor

Souza, que é marido de Diane, aproveitou o imbróglio jurídico e exerceu o papel de lobista.

O acusado teria pago propina aos juizes eleitorais buscando manter a sua esposa no cargo, beneficiada por decisões judiciais favoráveis. O MPF apontou que Alcenor teria se cercado de um grupo de pessoas (os outros réus na ação por improbidade) para tentar influenciar as decisões do TRE.

Adair tentou reaver o cargo com uma ação no TRE. A ação foi analisada inicialmente pela juíza Maria Abadia, mas seu mandato no TRE acabou

e o caso passou para o juiz Eduardo Jacob, que deu decisão favorável à volta de Adair ao cargo.

Diante disso, entrou em cena o réu Bruno Alves de Souza, sobrinho de Alcenor, que passou a agir a mando do tio e fez contato com o réu Phellipe Oscar Rabello Jacob, filho do juiz Eduardo Jacob.

Conforme o MPF, houve uma série de conversas entre os envolvidos para guiar o rumo do processo, incluindo contatos diretos entre Alcenor e Eduardo Jacob. Os acordos teriam sido pagos com cheques de terceiros, anexados aos relatos da Polícia Federal.

NA MIRA DA CPI

Em depoimento à CPI, Galvan afirma que Aprosoja nunca recebeu dinheiro público e nem financiou atos antidemocráticos em 7 de setembro

"Produtores fizeram vaquinha"

JLSiqueira/ALMT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

Em depoimento à CPI da Renúncia e Soneração Fiscal na sexta-feira (24), o presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja), Antônio Galvan, garantiu que não houve financiamento de manifestações antidemocráticas por parte da entidade. Ele também afirmou que os valores arrecadados junto com o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que são repassados à Aprosoja, não são dinheiro público.

Galvan foi convocado para prestar depoimento à CPI após ser acusado pelo próprio filho, por meio de um aplicativo de mensagens, de malversação de recursos públicos. Ele também é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no inquérito que apura o financiamento de atos antidemocráticos,

que pediam intervenção militar e fechamento do Congresso e do STF.

Questionado sobre isso, Galvan afirmou que a Aprosoja não financiou qualquer ato durante as manifestações de Sete de Setembro, a favor do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Segundo ele, os produtores rurais se organizaram e realizaram 'vaquinhas' para pagar as caravanas que foram enviadas a Brasília (DF).

"Não existem recursos da Aprosoja nessas manifestações. Os recursos são poucos. Cada um bancou a sua ida. Eu deixei isso claro. Agora me incluíram nisso por conta de uma fala do cantor Sérgio Reis. Como é que eu ia impedir que um artista como Sérgio Reis fosse na Aprosoja?", disse.

PÚBLICO OU PRIVADO? - Galvan também afirmou que os recursos vinculados à arrecadação do Fethab - que são repassados para a Aprosoja e outras entidades do agronegócio - não são públicos. Para reforçar seu posicionamento, apresentou um parecer da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), elaborado pelo procurador Evandro Bortolotto Ortega, que afirma que as

entidades apenas se utilizam do aparato arrecadatório do Estado para operacionalizar o recolhimento das contribuições do Fethab.

"Do meu conhecimento, nunca tivemos recursos públicos do Estado de Mato Grosso dentro da nossa instituição. Inclusive com declarações de entidades competentes, como a PGE. Todos os recursos que vão para nossas entidades são privados. Então, não há que se falar dentro da CPI sobre recursos públicos. A PGE entendeu que todos os recursos, não só da Aprosoja, são privados", afirmou.

A fala de Galvan foi rebatida prontamente pelo deputado Wilson Santos (PSDB), autor do pedido de convocação. O tucano afirmou que o STF entende que se trata de recursos públicos, citando trecho do pedido de busca e apreensão na casa e no escritório de Galvan, que se manteve resolutivo no entendimento de que se trata de recurso privado.

Ao ser questionado se prestaria contas dos R\$ 138 milhões que a entidade recebeu do Fethab entre 2019 e 2021, afirmou que irá tratar com os associados da Aprosoja. Esse montante é



Galvan afirmou que Aprosoja não recebe dinheiro público e não apresentou números sobre valores repassados pelo Estado

questionado por Galvan, que não apresentou outros números para contrapô-los.

O deputado Carlos Avallone (PSDB) destacou que, ainda que não haja uma definição clara quanto à natureza pública ou privada da parte que é repassada para Aprosoja, a enti-

dade deve prestar contas por se tratar de uma parceria onde o Estado é quem faz a arrecadação compulsória dos valores junto com a contribuição do Fethab.

"É um absurdo o governo do estado de Mato Grosso utilizar de sua estrutura fiscal para receber dinheiro particu-

lar a ser destinado para uma instituição privada. Tudo regulamentado por lei criada na Assembleia Legislativa e sem haver prestação de contas. Pode ainda não haver uma legislação que exija, mas é imoral e nós vamos buscar essa regulamentação", afirmou o parlamentar.

REVISÃO SALARIAL

Comissão da AL aprova RGA de 6,05% para 2022

Da redação

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa aprovou na terça-feira (21), durante sessão remota, a elevação do percentual da Revisão Geral Anual (RGA) de 5,05% para 6,05% para os servidores públicos estaduais. O valor deve ser pago no ano que vem, para recompor a perda do poder de compra devido à inflação.

O aumento de 1% foi proposto em emenda de 'lideranças partidárias', após negociação com o governo do Estado para elevar o percentual da revisão salarial.

Os deputados já aprovaram em primeira votação a PLDO com 13

emendas aprovadas. Quarenta e sete emendas foram rejeitadas em votação no plenário. Já para a segunda votação os deputados apresentaram mais 15 emendas, mas apenas sete foram acatadas pela CCJ. Ainda não há previsão de quando a LDO será submetida à segunda votação.

PERCENTUAL EM DEBATE - Em entrevista recente, o deputado estadual Eduardo Botelho (DEM) falou que apesar de a base governista ter conseguido a elevação da RGA para 6,05%, pode haver um incremento ainda maior na revisão salarial, dependendo da inflação e arrecadação do estado. Na ocasião, Botelho sinalizou com a possibilidade de chegar a 7%.

Contudo, o governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que nunca prometeu a RGA de 7% para qualquer deputado. Ele admitiu a possibilidade de negociar um novo incremento na revisão salarial, mas afirmou que, por hora, a indicação da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) é para um reajuste de 6%.

"Sobre 7% eu nunca falei isso para eles não, e isso é uma suposição deles. Nós vamos poder conversar, é claro, mas o que está valendo são os cálculos que a Fazenda faz hoje. 6% está valendo [...] Nós temos leis, temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal estadual e vamos agir com equilíbrio", disse.

DECISÃO UNÂNIME

Novelli é candidato único à Presidência do TCE-MT

Da redação

Em reunião de colegiado realizada na terça-feira (21), os membros do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) definiram que o conselheiro José Carlos Novelli será candidato único à presidência do órgão para o biênio 2022-2023. A decisão foi tomada por todos os membros, com participação presencial do conselheiro presidente, Guilherme Antonio Maluf.

"Por unanimidade e de forma harmônica, decidimos que nosso próximo presidente será o conselheiro José Carlos Novelli. Tenho certeza que, com toda sua experiência e sensibilidade conduzirá de forma brilhante este Tribunal, fortalecendo esta instituição que a sociedade tanto precisa", anunciou Maluf.

Novelli, por sua vez, agradeceu a confiança dos colegas e destacou o trabalho realizado por Maluf ao longo do último biênio. Ele destacou que o Tribunal de Contas vive um momento de eficiência e efetividade.

"Todos os programas estão sendo implementados com muito sucesso pelo presidente, então, uma das coisas que quero fazer é manter o planejamento estratégico. Quero que muitos dos projetos que ele está implementando, tenham continuidade", disse.

Durante o encontro, foi anunciada ainda a criação de uma equipe de transição, liderada pelo consultor jurídico geral do TCE-MT, Grhegory Paiva.

A composição dos demais cargos da Mesa Diretora ainda será definida. A eleição será realizada na primeira

sessão ordinária do mês de novembro, conforme determina o artigo 12 do Regimento Interno da Corte de Contas.

HISTÓRICO - Novelli completou recentemente, 20 anos de posse no TCE-MT. Já foi presidente por dois mandatos, vice-presidente e corregedor-geral e atualmente é supervisor da Escola Superior de Contas. O conselheiro foi o responsável pela implementação do Programa Consciência Cidadã, pelo início das transmissões on-line das sessões plenárias, pela criação do Sistema Aplic e implantação do Portal Transparência. Dentre muitos outros destaques, também foi em sua gestão como presidente que foi aberto o concurso público para procurador de contas e auditor substituto de conselheiro.

FUSÃO DEM-PSL

Presidência da nova sigla em Mato Grosso ficará com DEM

Da redação

O deputado estadual Eduardo Botelho (DEM) participou nesta quarta-feira (22) de uma rápida reunião em Brasília com o senador Jayme Campos (DEM) e com seu colega de Parlamento, Dilmar Dal Bosco (DEM). O encontro foi para tratar de assuntos ligados à fusão do Democratas com o PSL, que está em curso em nível nacional.

Segundo o deputado, já existe uma convenção marcada para o próximo dia 5 de outubro, que irá tratar da fusão dos dois partidos. A união das siglas terá ritmo acelerado, na visão de Botelho, para ser concluída em tempo para as eleições do ano que vem.

"É um momento de mudança. O nome está fechado que vai ser feita uma pesquisa em nível nacional, para ver

qual seria o nome mais aceito, se manter Democrata, PSL ou fundir os nomes dos dois. Vai se fazer uma pesquisa nisso, assim como o número também, para ver qual seria mais aceito, se 25 ou 17, e daí sairia a definição", explicou Botelho durante visita à Câmara Municipal de Cuiabá.

A grande questão, de acordo com o deputado, diz respeito à escolha da presidência nacional e diretoria do novo partido que irá se originar com a fusão. Botelho avalia que, a princípio, a presidência nacional ficaria com o atual presidente do PSL, Luciano Bivar.

Ficou acertado que nos estados como Mato Grosso, onde há governador eleito pelo DEM, a presidência estadual ficará com os respectivos representantes atuais do partido. Na convenção nacional, o DEM já

iniciou as articulações para a fusão.

O DEM quer que a fusão seja concretizada até o final de outubro e, ao que tudo indica, já é um assunto pacificado. Assim que a união for concretizada, a nova agremiação pode ter a maior bancada da Câmara Federal, com 81 deputados, sete senadores, três governadores. Isso não conta os dissidentes do PSL, que permanecem no partido embora apoiem o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e devem 'pular do barco', já que a fusão dos dois partidos busca construir uma terceira via para as eleições de 2022.

Com o grande número de filiados na bancada federal, o partido terá o maior tempo de rádio e televisão na campanha de 2022 e os maiores repasses dos fundos eleitoral e partidário.

Gilberto Leite



Botelho revela que nome do novo partido será escolhido em pesquisa nacional

ALTERNÂNCIA NO PODER

PEC aprovou na quarta-feira (22) impede a recondução de presidente e primeiro-secretário na mesma legislatura; tema é debatido no STF

Assembleia veta reeleição à Mesa

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

Com 21 votos favoráveis e três abstenções, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou em segunda votação, o projeto de emenda constitucional (PEC) 2/2021, que proíbe a reeleição do presidente e primeiro-secretário na eleição imediatamente subsequente dentro de uma mesma legislatura. A proposta é do deputado estadual Wilson Santos (PSDB).

A emenda constitucional já havia sido aprovada em primeira votação no dia 23 de junho. Agora, o texto final segue para promulgação

pelo presidente da Casa, Max Russi (PSDB). Como se trata de uma emenda constitucional, o texto não passa pelo crivo do governador.

A emenda altera o parágrafo 3º do artigo 24 da Constituição de Mato Grosso, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Os membros da Mesa Diretora e seus respectivos substitutos serão eleitos para um mandato de dois anos, na forma estabelecida pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa, sendo vedada a recondução para qualquer cargo da Mesa Diretora na eleição imediatamente subsequente, do presidente e primeiro-secretário, dentro da mesma legislatura".

Autor da PEC, Wilson afirma que a mudança estimula a renovação política nos quadros de chefia do Legislativo, o que considera saudável para o exercício da democracia, já que estimula a alternância do Poder



Autor da PEC, Wilson afirma que o texto aprovado estimula a alternância no poder

"Sempre houve uma dobradinha entre presidente e primeiro-secretário. A eternização no poder não é boa para a democracia, que é marcada pela alternância de suas figuras

no poder. Além disso, estamos garantindo a segurança jurídica à Mesa Diretora, que tem a responsabilidade de conduzir a Casa de Leis, política e administrativamente", disse.

A PEC segue os termos da Constituição Federal, que em seu artigo 57 proíbe a recondução de presidentes da Câmara e do Senado para o mesmo cargo dentro de uma mesma legisla-

tura. A aplicação deste entendimento às casas legislativas estaduais e municipais está sendo debatida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em uma série de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) movidas pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Ao todo, são quinze ações que questionam trechos da legislação do Distrito Federal e mais 10 estados: Mato Grosso, Espírito Santo, Tocantins, Sergipe, Alagoas, Rondônia, Rio de Janeiro, Roraima, Maranhão e Pará.

No início deste ano, o ministro Alexandre de Moraes expediu liminar para impedir a posse de Eduardo Botelho (DEM) para seu terceiro mandato como presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Em virtude disso, os deputados realizaram uma nova eleição para a Mesa Diretora, escolhendo Max Russi (PSB) para a presidência.

4 ANOS DEPOIS

Waldir Teis volta ao Tribunal de Contas

Gabriel Soares

Waldir Teis está de volta ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT), após mais de quatro anos de afastamento por ordem judicial. O retorno de Teis foi permitido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) na quarta-feira (22) e ele foi empossado já na manhã de quinta (23), em cerimônia realizada no gabinete do presidente do TCE, Guilherme Maluf.

Com o retorno de Teis ao cargo de conselheiro, o auditor substituto de conselheiro Luiz Henrique Lima deixa seu lugar no Tribunal Pleno.

Waldir Teis foi afastado junto com outros quatro conselheiros - Antônio Joaquim, Sérgio Ricardo, José Carlos Novelli e Valter Albano - por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF). Os mandados foram cumpridos durante a 12ª fase da Operação Ara-

rath, batizada de Malebolge, que foi deflagrada no dia 14 de setembro de 2017.

Teis foi citado na declaração premiada do ex-governador Silval Barbosa, em meio a um esquema de propinas para fazer 'vista grossa' na fiscalização das obras da Copa do Mundo de 2014. Ele é acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Em julho de 2020, Waldir Teis foi preso pela Polícia Federal, por supostamente ter destruído provas com o objetivo de atrapalhar as investigações. Na ocasião, ele desceu correndo, pelas escadas, 16 andares do prédio onde mora para rasgar e descartar folhas de cheque que poderiam comprometer-lo. O valor dos cheques somava R\$ 450 mil.

Teis foi solto cerca de um mês depois, mediante uma série de medidas



Waldir Teis está de volta ao TCE-MT

cautelares. Entre elas estava a proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas.

Ao liberar o retorno de Teis ao cargo no TCE, o ministro Raul Araújo, do STJ, afirmou que o conselheiro representa o mesmo risco que os demais afastados na Operação Malebolge. Deles,

apenas Sérgio Ricardo não foi reconduzido ao cargo.

"Hoje, o risco de o acusado adotar conduta incompatível com o seu retorno às funções de conselheiro é o mesmo dos demais conselheiros investigados que estão de volta ao TCE", diz trecho da decisão.

NOVO CAPÍTULO

Recurso tenta anular cassação de Selma

Da redação

Gilberto Possamai ingressou com um novo recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter sua condenação e inelegibilidade, fixada pela Justiça por prática de caixa 2 e abuso de poder econômico nas eleições de 2018. Ele era o primeiro suplente da senadora cassada Selma Arruda, que teve toda sua chapa cassada pela Justiça. O recurso de Possamai está nas mãos da ministra Cármen Lúcia.

Na peça, ele alegou que o processo não comprovou sua participação e responsabilidades nos crimes cometidos. Ele pede a anulação do acórdão que condenou toda a chapa para que todo o processo seja reenquadrado ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MT) para um novo julgamento.

No caso de Selma e Gilberto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) os tornou inelegíveis pelo período de oito anos. O TSE já havia decidido que apenas Cleire Fabiane, 2ª suplente, estaria elegível por não ter participação direta ou indireta nos ilícitos eleitorais investigados.

Na época, as investigações mostraram que Selma e seu 1º suplente não divulgaram os reais gastos de campanha e fizeram pagamento de materiais em pré-campanha eleitoral, o que caracterizou caixa dois e abuso de poder econômico.

Atualmente a cadeira de Selma Arruda é ocupada pelo senador Carlos Fávaro (DEM), que assumiu interinamente por autorização do STF e, posteriormente, venceu a eleição suplementar no estado.



Max garante que LDO será votada na próxima semana, sem novos adiamentos

PEDIDO DE VISTA

Votação da LDO é adiada outra vez

Da redação

Os deputados estaduais esperavam concluir na sessão de quarta-feira (22) a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, mas um pedido de vista do deputado Ulysses Moraes (PSL), que ganhou reforço dos parlamentares Dilmir Dal Bosco (DEM) e Alan Kardec (PDT), adiou mais uma vez a decisão.

O imbróglio sobre a aprovação já dura mais de um mês. O presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), avalia que é normal o adiamento na votação, pois dá tempo para que os deputados possam

discutir o projeto e trabalhar nas alterações que acharem necessárias para melhorá-lo. Ele aponta que a votação final ocorrerá na quarta-feira (29), já que não há mais chances para pedido de vista.

"A LDO teve pedido de vista e é legítimo. Teve encaminhamento de destaque do deputado Lúdio Cabral (PT) e vamos na próxima quarta-feira, onde não cabe mais vista, votar do jeito que veio para ser aprovado", disse.

Russi explicou que, não havendo mais o que ser discutido, a LDO será votada, assim como os destaques propostos por Lúdio, que buscam au-

mento da Revisão Geral Anual (RGA), para atingir o mesmo patamar do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Economistas avaliam que o INPC deve encerrar o ano em 8,4%, bem acima da revisão salarial proposta pelo governo, que é de 6,05%.

A deputada estadual Janaina Riva (MDB) detalhou que já havia um acordo entre os deputados para que a votação acontecesse nesta sessão, pois já não cabe mais apresentar emendas nesta fase da tramitação.

"Pode até se tentar colocar emendas, mas com muita dificuldade

vai passar por qualquer comissão, por conta do prazo extrapolado. Poderia ter votado hoje sem nenhum problema, mas se olhar por outro lado, é a primeira vez que a LDO é apreciada em setembro", esclareceu a parlamentar, ressaltando que a votação está adiantada em comparação com os últimos anos.

Conforme a deputada, após a votação da LDO, a Assembleia passará a discutir a Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ter um debate ainda mais intenso, pois tratará de valores de duodécimo e também de repasses que serão feitos pelo estado ao longo do próximo ano.

NOS TRILHOS

Pátio apresenta ao TCE redução de aproximadamente 90% no volume de obras paradas e trabalha para universalizar saneamento e educação infantil

Virada de página em Rondonópolis

GCom Rondonópolis

Disk Farmácia
Ligou, Pediu, Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Gabriel Soares

Rondonópolis virou a página das obras paralisadas. Após um relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) apontando a cidade como líder no ranking de obras paradas, o prefeito José Carlos do Pátio (Solidariedade) determinou uma auditoria interna para esclarecer a situação e o resultado foi impressionante. A cidade saiu de cerca de 300 obras paradas para apenas 39, uma redução de aproximadamente 90%.

O resultado desse trabalho foi apresentado ao presidente do Tribunal de Contas, Guilherme Maluf, que visitou o município na semana passada. Durante o encontro, Pátio explicou ao conselheiro que grande parte do problema residia na falta de atualização de dados pela Prefeitura junto ao sistema de controle do TCE, pois muitas destas obras eram anti-

gas e estavam paralisadas há tempos, criando problemas para localizar a documentação.

“Mas nós já detectamos e já alimentamos o sistema. O tribunal já está vendo isso e está aqui para nos orientar sobre o que é melhor para os municípios”, frisou o prefeito.

Feitas as devidas correções, o número de obras supostamente paradas despencou. Das cerca de 300 obras listadas, apenas 39 estavam de fato paralisadas. E Pátio garantiu ao presidente do TCE que o número deve cair pela metade assim que algumas destas obras forem atualizadas.

“Fico feliz de estar vendo aqui em Rondonópolis, uma gestão que está evoluindo. O prefeito nos colocou levantamentos que houve nessa auditoria das obras paradas e que mostrou uma grande evolução. Então eu retorno a Cuiabá muito feliz com a retomada destas obras paradas em Rondonópolis que estão muito menor, na ordem de 30, e ele acha que pode diminuir mais ainda”, avaliou Maluf.

Durante a conversa, Pátio destacou que concluiu cerca de 350 obras na sua primeira gestão



Presidente do TCE se mostrou satisfeito com os números apresentados: “a gestão está evoluindo”

(2017/2020), e está atualmente com 290 obras que se encontram em execução no município. O prefeito afirmou ainda que está trabalhando para universalizar o serviço de esgoto sanitário, abastecimento de água, e educação infantil.

Segundo o prefeito, esses investimentos são resultado de uma série de medidas adotadas para melhorar a qualidade do gasto público. “Com uma gestão cada vez mais enxuta, os investimentos melhoram e as coisas melhoram pra população”, disse Pátio.

NOVA POSTURA - Pátio agradeceu ao conselheiro Maluf pela nova postura adotada pelo Tribunal de Contas, mais orientativa para com as Prefeituras do Estado, aproximando os prefeitos do Tribunal e auxiliando para que elas se tornem cada vez mais transparentes em suas gestões.

“É importante dizer o seguinte: o presidente Guilherme Maluf teve a coragem de fazer algumas mudanças no Tribunal para que realmente houvesse essa aproximação. Ninguém nega que a estrutura do TCE está bem acima das

prefeituras. Então essa nova gestão está procurando trazer as prefeituras para um nível mais próximo de excelência, e Rondonópolis está aproveitando isso”, exaltou Pátio.

Durante o encontro, o prefeito destacou que está em curso o trabalho de uma nova organização e normatização por parte da Secretaria Municipal de Transparência e Controle Interno, do Arquivo Municipal e de Patrimônio, bem como, a readequação da lei de Proteção de Dados.

“A nossa gestão de almoxarifado está se

aprofundando cada vez mais através de um sistema de controle mais eficiente e mais adequado. E tudo isso, nós devemos ao Tribunal de Contas que gradativamente vem nos orientando, para que a gente faça uma gestão de qualidade”, explicou.

O conselheiro Guilherme Maluf disse que a sua visita a Rondonópolis faz parte da nova postura do órgão, que está colocando em prática a política de aproximação do TCE com Prefeituras, Câmaras Municipais e demais órgãos públicos.

PLEBISCITO NEGADO

Tribunal rejeita consulta pública sobre VLT por BRT

Da redação

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MT) acolheu o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral e rejeitou a realização do plebiscito sobre a substituição do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT). A decisão foi proferida e teve como relator o presidente do TRE/MT,

desembargador Carlos Alberto da Rocha. O entendimento firmado pelo órgão foi de que a Câmara Municipal de Cuiabá não tem autonomia para decidir sobre o tema.

O entendimento é de que, como a decisão afeta a mais de um município, o assunto não é pertinente ao legislativo municipal, sendo responsabilidade e atribuição da Assembleia

Legislativa convocar a consulta popular. A decisão estadual, no caso, afetaria as cidades de Cuiabá e Várzea Grande.

“O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade consignou que um ente municipal não detém legitimidade para expedir um ato normativo que afete legítimos interesses de outro ente muni-

cipal, muito menos gerar ônus financeiro para um terceiro ente federado, no caso, o Estado de Mato Grosso, o qual, em última instância, arcará com os custos da obra em apreço”, mencionou o desembargador.

Rocha também salientou que a ALMT rejeitou a proposta apresentada pelo deputado Wilson Santos (PSDB), com o mesmo teor que

o da Câmara Municipal de Cuiabá. Além disso, o magistrado também citou que a Casa Legislativa já aprovou a substituição dos modais, o que dá aval ao Governo do Estado para a mudança.

O plebiscito foi aprovado na Câmara Municipal de Cuiabá. A justificativa foi de que a população cuiabana não foi ouvida sobre a mudança do modal, sen-

do esta anunciada pelo Governo do Estado em dezembro do ano passado. O prefeito da capital, Emanuel Pinheiro (MDB), é defensor ferrenho do VLT e pontuou, desde o início, que não foi chamado pelo Governo para conversar sobre o assunto.

O prefeito de Várzea Grande, Kalil Baracat (MDB), se pôs favorável à substituição do modal.

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

CASA DOS VIDROS

65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

ACESSIBILIDADES

Semob inicia elaboração do Plano de Mobilidade

Da redação

A Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) iniciou a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade preparando a capital para os próximos 10 anos e deve ficar pronto em janeiro de 2022. A coleta de dados está sendo realizada por pesquisadores em diversos pontos da cidade e as informações serão acrescentadas aos estudos já realizados pela pasta.

“Cuiabá não foi planejada e a gestão atual vai investir nisso. Vamos projetar o desenvolvimento da capital e esses dados técnicos irão servir para os próximos gestores que terão um plano de desenvolvimento na mobilidade. Essas diretrizes são importantes para que o gestor saiba onde investir, onde melhorar e o que mudar na mobilidade urbana. Além disso, o Plano de Mobilidade é obrigatório para cidades que possuem mais de 200 mil habitantes, conforme consta na Lei 12.587/2012”, explicou o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB).

O secretário de Mobilidade Urbana Juares Samaniego, explica que serão ouvidos ciclistas, pedestres, Pessoas com Deficiência (PCDs), motoristas, motociclistas e outros. “Com o plano nas mãos, teremos interferências que podem ser fei-

tas em 2022/2023/2024, a médio e a longo prazo e depois de 10 a 15 anos, tem que ser feito um novo plano. O ideal é que a cada 10 anos o município faça um Plano de Mobilidade. Daqui 5 anos podemos pedir uma reavaliação desse plano porque vai dar uma diretriz melhor para o trânsito de Cuiabá”, afirmou.

Claudio Leite de Freitas, coordenador de transporte da empresa EGL Engenharia, explica que o Plano de Mobilidade tem como foco principal o uso do transporte não motorizado e o transporte coletivo.

“O Plano busca alternativas e dá diretrizes que privilegie esse tipo de transporte. Não é que será obrigatória implantar ciclovia em todas as vias, mas, entendemos que será melhorado para todos. Sejam ciclistas, pedestres, todos. É achar para cada local de uma cidade ou região as melhores opções para a mobilidade. Porém, todos têm que ser atendidos com melhorias. Com a pesquisa será possível entender o ponto de vista deles, e o principal, de uma forma totalmente sustentável”, concluiu.

O Plano de Mobilidade será apresentado à sociedade no ano que vem por meio de audiências públicas, com datas ainda a serem definidas.

cuiaba.mt.gov.br @cuiabaprefeitura f/prefeituracba CuiabaSecom

Imagine

*Pra vida
seguir
em Frente!*

Pra Frente Cuiabá

**Cuiabá não parou na pandemia.
E agora, vamos avançar ainda mais.**

A prefeitura lança um programa amplo e inovador: o **Pra Frente Cuiabá**. Ele reúne cinco grandes ações para promover a capacitação profissional, a preparação para o ENEM e vestibulares, encaminhamento ao emprego e o incentivo do desenvolvimento das atividades econômicas. Porque o momento é de manter os cuidados e seguir em frente, com mais esperança.

SÃO CINCO PILARES:

- **SINE DA GENTE**, encaminhamento para vagas de emprego.
- **QUALIFICA CUIABÁ**, capacitação profissional.
- **ENEM DIGITAL**, curso preparatório para o ENEM e vestibulares.
- **AGRO DA GENTE**, capacitação e incentivo aos pequenos produtores rurais.
- **CUIABANCO**, carteira de crédito a juro zero para micro e pequenas empresas.

Acesse o site
e saiba mais:

